



Processo nº 13819.903990/2008-22
Recurso Voluntário
Acórdão nº **1301-004.554 – 1^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 1^a Turma Ordinária**
Sessão de 17 de junho de 2020
Recorrente RUCKER DO BRASIL LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Ano-calendário: 2004

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. NOTÍCIA DE PAGAMENTO DOS DÉBITOS. PERDA DE OBJETO.

Tendo o contribuinte providenciado o pagamento do débito declarado, ocorre a perda de objeto por ausência de litígio.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso voluntário em face da perda do objeto.

(documento assinado digitalmente)

Fernando Brasil de Oliveira Pinto - Presidente

(documento assinado digitalmente)

José Eduardo Dornelas Souza - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Roberto Silva Junior, José Eduardo Dornelas Souza, Ricardo Antonio Carvalho Barbosa, Rogério Garcia Peres, Giovana Pereira de Paiva Leite, Lucas Esteves Borges, Bianca Felícia Rothschild e Fernando Brasil de Oliveira Pinto (Presidente).

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte acima identificado contra o acórdão 12-71.454, proferido pela 5^a Turma da DRJ/RJ1, que, ao apreciar a manifestação apresentada, por unanimidade de votos, julgou-a improcedente.

Por bem descrever o ocorrido, valho-me do relatório elaborado por ocasião do julgamento de primeira instância, a seguir transcrito, complementando-o ao final:

O presente processo versa sobre o Per/Dcomp 41196.41336.060906.1.7.03-1239.

Segundo o que consta na Dcomp (fl.3), o crédito original na data da transmissão, no valor de R\$ 70.509,37, se refere ao saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2004.

No Despacho Decisório (fl.40), consta a não homologação da Dcomp, sob alegação de que o saldo negativo que consta na DIPJ é R\$ 0,00 (zero).

A interessada se insurgiu, em 19/09/2008, contra o disposto no Despacho Decisório, através da manifestação de inconformidade (fl. 46 a 48), do qual tomou ciência em 21/08/2008 (fl. 156), apresentando os argumentos que se seguem:

- O crédito apurado é originado de impostos retido na fonte no ano calendário de 2004, conforme demonstrados na Ficha 16, campo 08 "Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Mensal por Estimativa".
- Estes créditos, utilizados na Declaração de Compensação (PER/DCOMP), somam o montante de R\$ 70.509,37.
- Portanto, o valor do crédito na DIPJ é de R\$ 70.509,37 e não como apontado pela r. Autoridade Fiscal: R\$ 0,00.

Na sequência, foi proferido o acórdão recorrido, que julgou improcedente a manifestação apresentada, com o seguinte ementário:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2004

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. SALDO NEGATIVO DE CSLL. NÃO COMPROVAÇÃO DO CRÉDITO

Verificado a ausência de comprovação do crédito registrado na Dcomp, deve ser não homologada a compensação declarada.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Ciente do acórdão recorrido, a recorrente apresentou manifestação. Através de petição posterior, noticia ter realizado pagamento integral do débito compensado, conforme comprovantes juntados, pugnando pelo arquivamento do processo administrativo.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro José Eduardo Dornelas Souza, Relator.

O recurso é tempestivo, mas não deve ser conhecido em face da perda do objeto.

Tratam os autos de Per/Dcomp, onde se busca crédito de saldo negativo de contribuição social, obtido no ano-calendário de 2004, no valor de R\$ 70.509,37.

Inconformada com a decisão *a quo*, a recorrente apresenta recurso aduzindo preliminar de nulidade por cerceamento de defesa e, após, no mérito, alegou que incorreu em erro de preenchimento de obrigação acessória.

Após apresentar recurso, o contribuinte protocola petição, noticiando que liquidou os débitos antes compensados, juntando comprovantes, pugnando pelo arquivamento do processo administrativo, sem ressaltar qualquer ponto quanto à permanência da discussão sobre a inexistência do crédito apresentado, sendo, inclusive, reforçado por e-mail seu desinteresse no feito (email enviado em 15/05/2020, às 17:50:58, no endereço atendimento.carf@carf.economia.gov.br).

Diante disso, concluo que não existe litígio por ausência de objeto, cabendo somente à DRF de origem verificar a correção dos pagamentos efetuados.

Conclusão

Assim, voto no sentido de não conhecer do recurso voluntário em face da perda do objeto.

(documento assinado digitalmente)

José Eduardo Dornelas Souza